

# BEIRA DA MATA: DE OCUPAÇÃO (URBANA) À COMUNIDADE

## BEIRA DA MATA: FROM (URBAN) OCCUPATION TO COMMUNITY



Isabela Caixeta Veiga

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

isabela\_veiga@discente.ufg.br



Wagner de Souza Rezende

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

wagnerrezende@ufg.br

1

### Resumo

A propriedade da terra é uma das maiores causas de conflitos sociais. Os processos de expulsão no campo e na cidade mercantilizada produzem desigualdades socioespaciais. Sem acesso à terra e moradia, por meio da ocupação ilegal, a população socialmente excluída forma territórios precários, muitas vezes em áreas protegidas pela legislação ambiental. Este trabalho propõe discutir os fundamentos teóricos e metodológicos de um projeto de extensão universitária, em andamento, para a elaboração de um diagnóstico socioambiental, em colaboração com a ocupação urbana Beira da Mata, localizada próxima a uma Área de Preservação Ambiental - APA. O texto faz uma discussão teórica acerca das práticas de extensão sob a perspectiva da pesquisa-ação, aproximando-se da abordagem conhecida como *advocacy*, compreendendo-as como políticas e pedagogias que contribuem para a luta das populações periféricas pelo direito à cidade. Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa que articula a teoria às práticas de campo, utilizando-se de múltiplos métodos: pesquisa bibliográfica e documental, observação participante e rodas de conversa.

Palavras-chave: Pesquisa-ação. Territórios Insurgentes. Diagnóstico Socioambiental. Cartografia Participativa. Ocupação Urbana.

### Abstract

*Land ownership is one of the main causes of social conflict. Expulsion processes in the countryside and in the commodified city produce socio-spatial inequalities. Lacking access to land and housing, through illegal occupation, the socially excluded population*

*forms precarious territories, often in areas protected by environmental legislation. This paper discusses the theoretical and methodological foundations of an ongoing university extension project to develop a socio-environmental diagnosis in collaboration with the Beira da Mata urban settlement, located near an Environmental Preservation Area (APA). The text offers a theoretical discussion of extension practices from the perspective of action research, drawing on the approach known as advocacy, understanding them as policies and pedagogies that contribute to the struggle of peripheral populations for the right to the city. Therefore, this is a qualitative study that connects theory with field practices, using multiple methods: bibliographic and documentary research, participant observation, and discussion groups.*

*Keywords: Action research. Insurgent Territories. Socio-environmental diagnosis. Participatory cartography. Urban occupation.*

## Introdução

O termo racismo ambiental surge nas discussões acerca da justiça ambiental, trata-se da distribuição desigual do ônus causado pelo modelo de desenvolvimento econômico, que destina os danos ambientais majoritariamente a população de baixa renda e aos grupos étnicos e raciais historicamente discriminados, como os povos tradicionais e negros. Deste modo, o racismo e a injustiça ambiental relacionam-se à desigualdade social (Herculano e Pacheco, 2006). No campo e na cidade, a propriedade da terra é uma das maiores causas de conflitos. A expulsão dos mais pobres do campo, e a falta de moradia acessível nas cidades, faz com que muitos se fixem ilegalmente em prédios e terrenos abandonados, áreas protegidas pela legislação ambiental e periferias urbanas, constituindo territórios de precariedade ambiental e social (Maricato, 2014).

Este é o caso da Ocupação Beira da Mata, iniciada em fevereiro de 2021, no período da pandemia de Covid-19, em decorrência do aumento do desemprego e despejos de famílias que moravam de aluguel. O terreno ocupado é privado e está ao lado da Área de Preservação Ambiental – APA – Serra das Areias, cortado pelo Córrego Santo Antônio (Aparecida de Goiânia, 2016). A ocupação sofreu duas ações de despejo sem mandato judicial a mando da Prefeitura de Aparecida de Goiânia, sob justificativa de estarem degradando a área de preservação. Nesse período, vigorava a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 828, que estabelecia a suspensão dos despejos durante a crise sanitária (CNDH, 2022). As famílias continuam na área, porém, ameaçadas de despejo.

Este trabalho propõe discutir os fundamentos teóricos e metodológicos de um projeto de extensão universitária para a elaboração de um diagnóstico socioambiental, em colaboração com a ocupação urbana Beira da Mata, que nos apresentou esta demanda no início de 2024. Este projeto, ainda em andamento, está vinculado à pesquisa de mestrado, que estuda as estratégias de luta pela moradia nos territórios periféricos e as táticas de resistência aos processos de expulsão durante a pandemia de Covid-19 (2020-2022). Assim, o texto tece uma discussão teórica acerca das práticas de extensão sob a perspectiva da pesquisa-ação, aproximando-se da abordagem conhecida como advocacy, compreendendo-as como políticas e pedagogias que contribuem fundamentalmente para a luta das populações periféricas pelo direito à cidade. Portanto, trata-se de uma pesquisa

qualitativa que articula a teoria às práticas de campo, utilizando-se de múltiplos métodos: pesquisa bibliográfica e documental, observação participante e rodas de conversa.

Diante da exclusão socioespacial, alienados na vida urbana, a classe trabalhadora mais empobrecida tem construído nas periferias uma outra urbanidade “desurbanizada” (Lefebvre, 2001). Na ocupação ilegal, essa população se organiza comunitariamente no processo de territorialização, que inclui práticas espaciais insurgentes, tais como: a apropriação, ressignificação e reestruturação material do espaço (Souza, 2013). Neste contexto, constrói-se esferas de participação local, dinâmicas sociais, econômicas e culturais na escala do território. Assim, aqueles que são excluídos da cidadania, formulam uma cidadania insurgente, reconhecendo-se como agentes de construção e transformação do espaço urbano. A partir disso, reivindicam a legitimação dos seus territórios, em processos de luta pela regularização fundiária e acesso aos direitos sociais negados pela informalidade da moradia, muitas vezes, se organizando em movimentos sociais (Holston, 2013). Nesse sentido, planejadores e pesquisadores do urbanismo podem fortalecer a luta dos territórios periféricos pelo direito à cidade e à moradia, por meio de práticas de assistência técnica em abordagens colaborativas e formativas.

Diante disso, o trabalho está dividido em três partes. Iniciamos com uma discussão teórica sobre a cidade capitalista, direito à cidade, formação de territórios insurgentes, abordagens e metodologias para práticas de assistência técnica aos grupos sociais excluídos no planejamento urbano, pesquisa e extensão universitária. No segundo item discorre-se sobre o contexto socioambiental da Ocupação Beira da Mata, descrevendo elementos que demonstram práticas de reciprocidade (solidariedade, cooperação, colaboração, diálogo), tornando-a “comunidade”, onde há uma gestão coletiva do território por meio do fazer-comum. E, por último, descrevemos o projeto de extensão, suas intenções, metodologia e atividades colaborativas realizadas com a comunidade.

## ***Advocacy e Territórios Insurgentes***

O processo de expansão urbana está profundamente associado ao desenvolvimento do capitalismo. As cidades, desde os seus primórdios, são espaços de concentração (de pessoas, riquezas, produtos, comércio, conhecimento, domínio da técnica, etc),

que possibilitaram a ascensão da classe burguesa. A partir da industrialização, a reprodução capitalista se expande para além dos limites das fábricas e relações de trabalho, se infiltrando na urbanização, submetendo a vida cotidiana à lógica de consumo, tornando as cidades meios de produção e absorção de excedentes de capital. Essa condição se aprofunda com a globalização e financeirização das relações econômicas, que tem conduzido a gestão urbana para uma “economia do espetáculo” em busca de investimentos, principalmente estrangeiros, em empreendimentos imobiliários e de infraestrutura. Tais processos criam espaços fragmentados associados à estratificação social, que se refletem na desigualdade socioespacial, sendo os mais pobres expulsos das áreas de infraestrutura urbana consolidada, geralmente, encarecidas pela especulação imobiliária (Lefebvre, 2001; Harvey, 2014)

Portanto, como aponta Lefebvre (2001), as políticas e o planejamento urbano são orientados pela ideologia da cidade mercadoria. Ações coordenadas, que são muitas vezes bem-intencionadas realizadas por humanistas (geralmente de viés liberal), porém, que convergem em uma mesma direção, que é a prioridade da mercantilização dos elementos urbanos em detrimento das necessidades dos habitantes. Assim, o urbanismo dos administradores da cidade que se proclamam defensores de práticas baseadas na técnica e ciência, criam uma camada que reveste os interesses políticos e econômicos, lhes conferindo aceitabilidade. Outro instrumento que cumpre a mesma função é a “ideologia da participação”, que permite a anuência das deliberações através do simulacro de contribuições pontuais da sociedade civil nas políticas urbanas. Deste modo, Lefebvre (2001, p.134) propõe o conceito de “direito à cidade”:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade do participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (Lefebvre, 2001, p. 134).

Para Lefebvre (2001), a “participação real e ativa” é a “autogestão”, sendo o direito à cidade o acesso aos produtos, serviços e espaços urbanos (direito à obra), mas ser o autor/artista, fazer parte da sua construção através da apropriação, ou seja, por meio da práxis. Considerando que os processos sociais articulam tempos e espaços, ações e objetos, de modo indissociável, práticas sociais são, assim, práticas espaciais (Santos, 2002). Práticas espaciais insurgentes são

conjunto de ações políticas que buscam a transformação de uma determinada realidade, se subvertendo à uma ordem territorial estabelecida (Souza, 2013). Ao se apropriar, ressignificar e reestruturar parcelas urbanas aparentemente abandonadas, as ocupações têm constituído territórios insurgentes. Deste modo, aqueles que têm sido excluídos da cidade legalmente organizada, tornam-se, mesmo que precariamente, por meio de práticas consideradas derogatórias, os produtores da cidade (Lefebvre, 2001). No contexto de um complexo processo de territorialização, essas populações buscam modos de existência cidadã, instituindo uma cidadania em construção, contra todas as exclusões a que são submetidas. Trata-se, de acordo com Holston (2013), de uma cidadania insurgente, pois se opõe radicalmente contra a cidadania institucionalizada, legitimadora da exclusão social e da pobreza.

Nessa perspectiva, Miraftab (2016) defende um “planejamento insurgente” proveniente de práticas autodeterminadas por grupos sociais, de caráter contra-hegemônico. Embora, a autora demonstra que não basta apenas transgredir às normas da democracia liberal, é necessário também compreendê-las para encontrar brechas que possibilitem a construção de algo novo em direção à justiça social e urbanismo mais humano. Isso implica em um ensino de planejadores para que saibam orientar esses processos compreendendo o contexto de injustiças sociais, adotando linguagens que comuniquem com os diversos atores da sociedade, e “descolonizando a mente”, isto é, a criação de soluções urbanísticas diferentes do que está posto, disputando o futuro das cidades.

Em acordo com as ideias apresentadas por Miraftab (2016), compreendemos a importância do contato de estudantes e pesquisadores, desde a sua formação, com os grupos sociais excluídos, gerando sensibilidade social nos potenciais planejadores. Diante disso, destacamos o potencial dos projetos de pesquisa e extensão universitária que, por meio de metodologias colaborativas, podem conduzir processos de assistência técnica, aprendizado e formação mútua entre pesquisadores e coletivos participantes. Nesse sentido, propomos a aproximação entre a pesquisa-ação e o “planejamento *advocacy*” defendido por Davidoff (1965).

A pesquisa-ação é uma estratégia que se orienta, principalmente, para transformações da realidade concreta por meio do agenciamento, geralmente colaborativo, entre pesquisadores e populações afetadas. Logo, trava-se um confronto constante entre o conhecimento científico e o saber tradicional, cuja

instrumentalização permite o mapeamento de reivindicações. Por consequência, a pesquisa-ação possui um objetivo prático, de levantar soluções concretas para problemas, auxiliando a ação dos atores sociais envolvidos. Porém, também tem a finalidade de conhecimento, demonstrando-se bastante eficaz na obtenção de informações de difícil acesso, muitas vezes, geradas em movimento, que possam contribuir com o conhecimento sobre determinada situação ou realidade. Portanto, essa estratégia também possui forte caráter formativo, em que os pesquisadores ao mesmo tempo que adquirem conhecimento sobre determinada situação, divulgam as informações sistematizadas para o grupo envolvido no estudo. Em coletivos que atuam com bastante autonomia, os conhecimentos produzidos na pesquisa podem orientar ou fortalecer o seu modo de atuação (Thiollent, 1986).

Já Davidoff (1965) criticou o planejamento tecnocrático que condiciona a participação da sociedade civil em, meramente, reações passivas às propostas apresentadas. Para o autor, ao “servir ao interesse público”, é imprescindível considerar que há uma grande diversidade de grupos sociais e culturais com interesses distintos e, muitas vezes, conflitantes. Então, propõe o “planejamento pluralista” com abordagens pautadas pela participação efetiva dos diversos grupos que formam a sociedade civil, definindo os modos de agenciamento dos planos urbanos nas suas diversas escalas e níveis de complexidade, produzindo diálogos entre os coletivos interessados (com interesses geralmente antagônicos). O autor se inspira nas práticas jurídicas, utilizando o termo *advocacy*, onde técnicos e especialistas atuariam como defensores de projetos conflitantes em um processo contencioso. Neste caso, defendendo o protagonismo dos coletivos na luta pelo direito à cidade.

Destarte, os planejadores atuariam em proximidade com os grupos sociais, prestando auxílio técnico e educativo na construção conjunta de propostas de políticas urbanas. A mediação e a defesa de planos orientados para inovação social refletiriam, no contexto do planejamento pluralista, dinâmicas de uma democracia urbana efetiva, onde se exerça a cidadania e o direito de desempenhar um papel ativo nas políticas públicas (Davidoff, 1965).

Portanto, a aproximação entre pesquisa-ação e as práticas de *advocacy* na extensão universitária com comunidades marginalizadas pode ser estratégica no fortalecimento da luta pelo direito à cidade. Nesse sentido, a incidência política também se dá a partir do fortalecimento interno de territórios periféricos,

constantemente ameaçados pelos interesses de acumulação e exploração econômica. Saquet (2019) argumenta que por meio de uma epistemologia do diálogo, em que os conhecimentos científicos e populares se encontram em uma relação transversal e associados às práticas de reciprocidade coletivamente, pode-se induzir a formação de uma “inteligência territorial”. Com este termo, o autor se refere a produção de um conhecimento popular por sujeitos localizados, que ampara a capacidade de resolver os problemas coletiva e criativamente. Conhecimento popular que valoriza os saberes e cultura local, fortalecendo as identidades e territorialidade. Para tanto, as práticas de reciprocidade são: solidariedade, cooperação, colaboração e diálogo. Tais valores coletivos dão suporte à práxis social ou “práxis territorial” transformadora, pois diminuem as relações de dominação e exploração dentro dos territórios em direção à auto-organização e autoconsciência dos sujeitos.

## A Ocupação Beira da Mata

A Ocupação Beira da Mata iniciou em fevereiro de 2021, como consequência dos despejos das moradias de aluguel, com o agravamento da crise socioeconômica durante a pandemia de Covid-19. Atualmente, é composta por 78 famílias em profunda vulnerabilidade social. Conforme Dados disponibilizados pelo MTD-GO<sup>1</sup>, que entrevistou 96 pessoas da comunidade, apontou uma população majoritariamente negra, 88% dos entrevistados (58% pardos e 29% pretos), e formada por mulheres (59%), que chefiam a maioria das famílias (53%). Há um grande índice de desemprego, aproximadamente 30%, e aqueles que trabalham, em grande parte, estão em serviços informais (50%). A maioria dos entrevistados possuem rendimento mensal de até um salário mínimo (69%), 14% entre 1 e 2 salários mínimos, e 17% declaram não possuir renda (pessoas desempregadas ou dependentes de parceiros).

A ocupação está localizada no bairro Independência Mansões, em Aparecida de Goiânia. A área ocupada está muito próxima ao Córrego Santo Antônio, adentrando em alguns trechos uma das faixas bilaterais de 30 metros de largura em suas

<sup>1</sup> Dados de um questionário socioeconômico aplicado pelo MTD-GO para 56 famílias da Ocupação Beira da Mata entre os meses de abril e julho. Foram entrevistadas/os as/os responsáveis pela residência e suas/seus companheiras/os (caso houvesse). Deste modo, alguns dados são do perfil das pessoas ou casais que responderam o questionário (como cor, gênero e emprego), e outros são sobre a família.



margens, destinada a preservação ambiental (Figura 1). O restante da ocupação está em um terreno privado, ao qual os moradores desconhecem o proprietário e, conforme relataram, era utilizado para descarte de lixo e animais mortos. A topografia do terreno apresenta irregularidades acentuadas, com a presença de encostas e erosões no solo, estando em desnível em relação às vias de acesso e em declive em direção ao curso d'água.

**Figura 1** – Contexto urbano da Ocupação Beira da Mata e condições socioambientais aparentes.



Fonte: Eliézer França (2024), editado por Isabela Veiga (2025).

Nos últimos meses, os moradores têm construído suas moradias em alvenaria. Anteriormente, eram todos barracos feitos com restos de materiais e lonas. A primeira casa de alvenaria da ocupação foi construída em mutirão para uma idosa de mais de 110 anos. A água e energia são oriundas de ligações clandestinas com ramais das vias próximas. Não há esgotamento sanitário, os banheiros e fossas são improvisados. A Organização Não Governamental (ONG) TETO promoveu algumas ações na ocupação, como a construção de 15 moradias emergenciais, de aproximadamente 18 m<sup>2</sup>, pré-moldadas em madeira, algumas com banheiros e sistema de fossa séptica agroecológica com bananeiras. Há um espaço comunitário, também construído junto à TETO, onde ocorrem reuniões,

confraternizações e cultos. Os moradores se organizam em uma associação, que atua na manutenção e melhoria da infraestrutura existente e nas demandas da comunidade.

Em setembro de 2021, por ordem administrativa da Prefeitura de Aparecida de Goiânia, a Guarda Civil Metropolitana (GCM) e Polícia Militar (PM) executaram duas ações de desocupação forçada da área em menos de dez dias, nos dias 18 e 27. As remoções, especialmente a segunda, foram marcantes na vida daqueles que as viveram, sendo relatadas as violências física, moral e patrimonial que sofreram por parte dos agentes públicos durante este momento. Nesta ocasião, a comunidade somava 56 famílias que permaneceram no local por não possuírem condições para acessar a moradia formal. A justificativa alegada pela prefeitura municipal para os despejos administrativos foi de que a ocupação estava na APA - Serra das Areias. Nesse período vigorava a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828, que suspendia quaisquer ações judiciais ou administrativas que resultassem em despejo (CNDH, 2022).

10

Diante disso, a ocupação recebeu apoio da Campanha Despejo Zero (CDZ)<sup>2</sup>, e conseguiu por meio de uma Ação Civil Pública (ACP) a suspensão da reintegração de posse, conforme a ADPF 828 (CNDH, 2022). Em contato com a CDZ, a Beira da Mata foi acolhida pelo Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), que mobiliza os territórios periféricos para a luta pela garantia dos direitos, especialmente a moradia. Entre as principais ferramentas de organização das comunidades para a práxis social está a formação política por meio da educação popular, com a realização de “círculos de cultura” nos territórios, pedagogia baseada no educador Paulo Freire. Os círculos de cultura são espaços de diálogo nos territórios sobre “temas geradores”, isto é, assuntos que partem do contexto da comunidade (Freire, 1987). Desde então, a ocupação tem se engajado politicamente em diversas ações de reivindicação.

Portanto, os habitantes da Ocupação Beira da Mata, excluídos da cidade e da moradia formal e, conseqüentemente, do acesso aos direitos e cidadania, se tornam “comunidade” por meio do fazer-comum (commoning). Isto é, da gestão

2 A CDZ é uma mobilização nacional, com núcleos de atuação estaduais, em prol da suspensão das remoções coletivas, lançada em 23 de julho de 2020, durante a pandemia de Covid-19. Reúne mais de 100 entidades, organizações, movimentos sociais, associações e instituições, principalmente aquelas engajadas na pautas da reforma agrária, reforma urbana e direitos humanos (Franzoni, Ribeiro e Pires, 2023).

coletiva do território e seus recursos materiais e imateriais (os saberes, fazeres, e as atividades culturais) através de práticas de reciprocidade (cooperação, colaboração, solidariedade, participação). A partir da construção e gestão comunitária do território, bem como organização em movimento social de luta política, os moradores da comunidade formularam uma cidadania insurgente. Nessa perspectiva, os habitantes têm pressionado a institucionalidade pelo reconhecimento do seu território e para a garantia de um espaço de participação na esfera pública (Tonucci Filho, 2020; Holston, 2013).

### Práticas Plurais de Extensão e Pesquisa

A Ocupação Beira da Mata faz parte da pesquisa de mestrado realizada no PPGPROCIDADE sobre a resistência das ocupações urbanas às expulsões durante a pandemia de Covid-19. O contato com a comunidade foi realizado por intermédio do MTD-GO. A partir da aproximação da pesquisadora com a ocupação, em maio de 2024, a liderança comunitária expressou a necessidade dos moradores da ocupação de compreenderem a condição ambiental do seu território e quais os riscos estão sujeitos. Tal preocupação parte das constantes acusações feitas por servidores do poder público municipal de que a área ocupada é de risco ambiental e que os ocupantes degradam a APA. Portanto, as alegações contêm os mesmos argumentos utilizados para as duas ações de despejo que ocorreram em 2021, além da permanente ameaça de desocupação da área. A condição de instabilidade do território aflige as famílias, que são marginalizadas e não possuem condições de acesso à moradia digna.

Deste modo, foi proposto o projeto de extensão “Análise da Paisagem Urbana da Ocupação Beira da Mata (GO)”, com a finalidade de promover ações de apoio técnico à comunidade supracitada, contribuindo para o engajamento na luta pelo reconhecimento do território, acesso aos direitos e reivindicações por moradia. Ainda em andamento, o projeto tem como objetivo principal produzir um diagnóstico socioambiental, com a descrição e análise de aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais no território, bem como a relação entre estes fatores. A partir disso, serão apontados os riscos ambientais e sociais aos quais as famílias estão expostas, e será feita a proposição de diretrizes para a melhoria da habitabilidade e redução da vulnerabilidade aos problemas identificados. O diagnóstico socioambiental, portanto, poderá auxiliar a comunidade na sua auto-



organização e subsidiar a construção de ações políticas e reivindicações ao Poder Público.

O primeiro contato do grupo de pesquisadores com a Beira da Mata ocorreu em uma aula da disciplina “Projeto como Questão” do PPGPROCIDADE na ocupação para conversar sobre “direito à cidade”. A atividade iniciou com um café da manhã comunitário, preparado pelos moradores com subsídio dos acadêmicos (Figura 2). Posteriormente, aconteceu uma roda de conversa com os ocupantes, que trouxeram depoimentos sobre suas histórias pessoais e experiências vivendo na ocupação urbana. Por fim, os moradores apresentaram o território aos pesquisadores por meio de uma caminhada pela área. Desde este primeiro momento, percebeu-se a forte presença e participação das mulheres, além de uma grande quantidade de crianças. Nesta ocasião, um dos colaboradores da pesquisa aproveitou para fazer imagens com VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado) em ângulos reto e obtuso, posteriormente, gerando uma ortofoto (ou ortoimagem) do território e seu entorno imediato. A partir deste evento, identificou-se um grupo de mestrandos interessados em participar de um projeto de extensão na comunidade.

**Figura 2** – Café da manhã e roda de conversa na Associação de Moradores da Ocupação Beira da Mata.



Fonte: Isabela Veiga 2024).

Para o desenvolvimento do projeto, tem sido adotada uma abordagem qualitativa com a estratégia de pesquisa-ação. Compreende-se o processo de pesquisa como uma ferramenta pedagógica, envolvendo métodos participativos com os habitantes locais na construção do conhecimento sobre o território, logo, valorizando as suas experiências e saberes. Tais abordagens, além de produzir informações para a pesquisa, tem um caráter educacional, pois geram debates e reflexões sobre os assuntos tratados nas interações, que são principalmente às questões ambientais, sociais e urbanas que envolvem a comunidade. O planejamento e execução do projeto de extensão está sendo realizado dentro de três eixos correlacionados que denominaremos de:

- 1 - Reconhecimento do território – abrange a coleta de dados e elaboração do diagnóstico socioambiental, fase que está sendo desenvolvida. A coleta de dados incluiu múltiplos métodos: pesquisas bibliográficas, documentais, em legislações; consulta de dados socioeconômicos dos moradores com o MTD-GO; rodas de conversas; cartografia participativa; mapeamentos com VANT (conhecido como drone); observações in loco da área ocupada, do córrego Santo Antônio e entorno, atentando-se para os aspectos ambientais e antrópicos – vegetação, topografia, solo, hidrologia, construções, infraestrutura, usos e apropriações. Os dados obtidos serão sistematizados na elaboração do diagnóstico socioambiental, trabalho escrito dividido em duas partes: descrição dos resultados, que abrange o contexto urbano que a ocupação se insere, a sua história e características demográficas, características construtivas e da infraestrutura, características socioculturais na apropriação do território e aspectos ambientais; discussões dos resultados, apontando os riscos socioambientais e propostas de ações de mitigação.
- 2 - Educação e assistência técnica – envolve, principalmente, a apresentação e discussão dos resultados do diagnóstico socioambiental com a comunidade, no qual os pesquisadores prestam apoio técnico apresentando dados e propondo ações de incidência sobre os problemas, que serão colocadas em discussão. A partir disso, os moradores e pesquisadores farão um plano de ações práticas. Esse eixo também contempla atividades de educação ambiental, com rodas de conversas e oficinas, que podem fazer parte das ações para mitigação dos riscos apontados.

- 3 - Ações de incidência – trata-se de práticas possíveis de serem realizadas pelos pesquisadores junto à comunidade para a redução dos riscos, como ações em sistema de mutirão, oficinas, atividades educativas, entre outras.

## Experiências Práticas com a Comunidade

Entre as atividades de “reconhecimento do território”, a principal foi a cartografia participativa com os moradores da Beira da Mata. Trata-se de um método de mapeamento e sistematização de demandas territoriais com os habitantes locais, valorizando suas experiências e saberes. Tem caráter pedagógico e de engajamento social, ao possibilitar o reconhecimento dos problemas pelos próprios moradores, gerando diálogos e reflexões propositivas para encontrar soluções e planejar ações. Essa ferramenta começou a ser difundida na década de 1990, com o surgimento de iniciativas de mapeamento, principalmente, de aspectos socioambientais, culturais e étnicos. São iniciativas, geralmente, realizadas por ONGs, universidades, agências governamentais, organizações privadas, organismos de cooperação internacional, entre outros (Acseirad e Coli, 2008).

A cartografia não é uma representação neutra e objetiva do espaço, estando sempre carregada com as perspectivas e intenções de quem as produz. Nesse sentido, é um instrumento de ação e domínio político, que se articula, portanto, as disputas territoriais. Anteriormente, a produção cartográfica estava restrita a um grupo pequeno de pessoas, como o Estado, instituições acadêmicas e especialistas. Com o avanço das tecnologias digitais e acessibilidade das ferramentas de produção mapas, há uma crescente difusão da produção cartográfica. Assim, a cartografia participativa tem sido utilizada como instrumento de luta política no reconhecimento de territórios em disputa e na denúncia das injustiças ambientais e sócio-espaciais (Acseirad e Coli, 2008).

Na atividade realizada na comunidade Beira da Mata, o principal objetivo era dialogar sobre os aspectos ambientais e de apropriação do território, abordando os usos do espaço e, a partir disso, os habitantes marcarem as informações no mapa. Deste modo, foi elaborado previamente um mapa base da ocupação no software QGIS com auxílio da ortofoto do território, gerada pelas imagens de drone. Também foi escrito um roteiro de questões para direcionar o diálogo e os elementos à serem mapeados. Para a execução da atividade foram utilizados os seguintes materiais:



três impressões do mapa em formato A3, adesivos com símbolos representando elementos a serem mapeados, papéis e canetas. Participaram da atividade cerca de 20 pessoas da comunidade, a grande maioria mulheres, que foram divididas em três grupos, cada um com um mapa. Os pesquisadores auxiliaram os grupos, conversando sobre os temas e fazendo anotações sobre as respostas, enquanto os participantes foram marcando as informações no mapa. As crianças demonstraram grande interesse em participar, as incluímos fornecendo materiais para desenho e conversando com elas de maneira adaptada sobre os temas que estavam sendo abordados com as/os adultas/os.

**Figura 3** - Desenvolvimento da cartografia participativa com os habitantes da Ocupação Beira da Mata

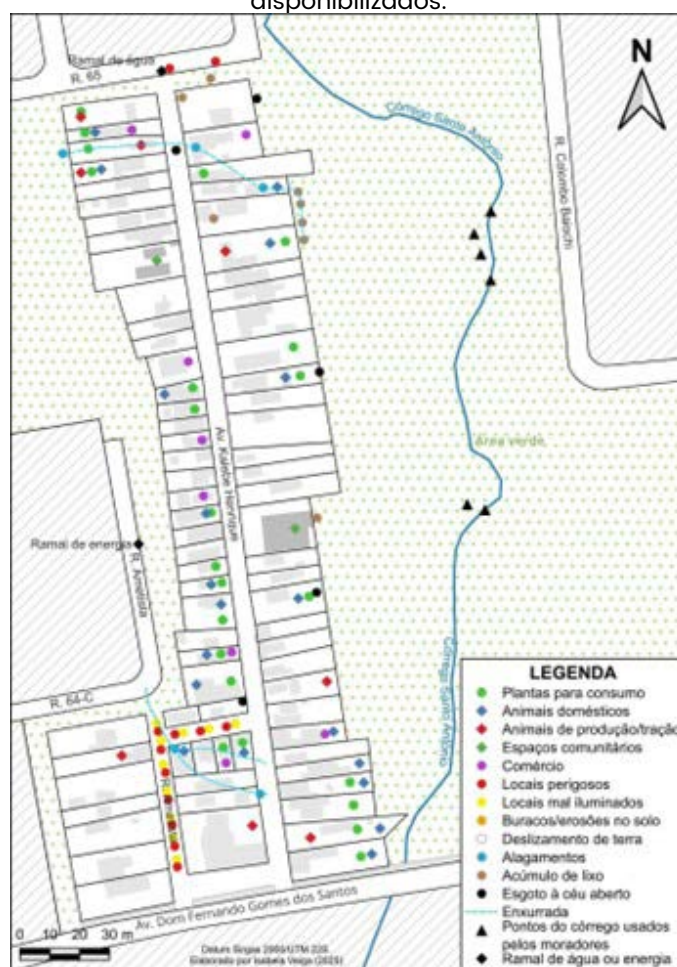


Fonte: Alex San (2025).

As/os participantes iniciaram localizando suas residências no mapa para, assim, conseguirem identificar os demais elementos. As primeiras questões foram sobre os usos e apropriações do espaço, iniciando com a escala da casa e ampliando para o território da ocupação. A partir disso, foi possível observar elementos importantes

nas dinâmicas cotidianas da comunidade (ver Figura 4), como a presença de comércios e prestação de serviços nas residências: venda de alimentos caseiros e produtos comprados em atacado; serviços de estética, costura, trancista, entre outros. Em grande parte dos lotes há plantações para consumo e animais domésticos. Há também a criação de animais de produção ou tração, como porcos, aves e cavalos. De modo geral, as/os moradoras/es alegaram não haver casos de criminalidade dentro da ocupação, porém se sentem mais inseguras/os nos locais que não possuem iluminação durante a noite. Quanto aos lugares de reunião e lazer dentro do território, existe o espaço da associação de moradores, que também tem um parque infantil, e a Igreja Assembleia de Deus, onde parte dos moradores frequentam os cultos. O Córrego Santo Antônio é frequentado para lazer, principalmente das crianças como banhistas, sendo os adultos mais receosos devido à qualidade da água.

**Figura 4** – Síntese das informações mapeadas pelas/os moradoras/es nos três mapas disponibilizados.



Fonte: elaborado por Isabela Veiga (2025).



Posteriormente, foram abordadas questões sobre os aspectos ambientais do território (Figura 4). Conforme os moradores e as observações *in loco*, grande parte do esgoto domiciliar é despejado nos próprios lotes e, devido ao declive em direção do córrego, escoam para as vias internas da ocupação, formando valas e erosões no solo. As erosões no solo também são consequência das enxurradas que atingem algumas casas, transportando resíduos e criando pontos de acúmulo de lixo. Há entulhos de construção civil. Não há coleta de lixo dentro da ocupação, apenas nas vias de acesso ao território, também se observou a ausência de lixeiras internamente. Após a cartografia participativa, o grupo de acadêmicos realizou uma caminhada pela ocupação para confirmar parte das informações mapeadas ou complementá-las (Figura 5).

**Figura 5** - Os pesquisadores caminham pelo território e observam os elementos mapeados.



Fonte: Alex San (2025).

Anterior a cartografia participativa, foi realizada uma atividade de educação ambiental na comunidade. Compreende-se a importância da conscientização dos habitantes para o tema e para práticas de cuidado com a natureza, que podem reduzir os riscos ambientais e melhorar a habitabilidade no território. A atividade iniciou com uma roda de conversa com as/os moradoras/es, em que o mediador utilizou músicas para provocar indagações e reflexões nas/os participantes sobre a responsabilidade e impacto de nossas ações individuais e coletivas na natureza

(Figura 6). Nesse processo, as/os moradoras/es falaram um pouco sobre o seu contexto socioambiental. Posteriormente, foi realizada uma oficina de compostagem com as crianças, demonstrando de maneira simples, com recipientes de plástico e matéria orgânica local, como o lixo orgânico pode ser reaproveitado para produzir adubo para as plantas (Figura 7).

**Figura 6** – Educação ambiental na ocupação com roda de conversa sobre meio ambiente e oficina de compostagem.



Fonte: Alex San (2025).

**Figura 7** – Oficina de compostagem com as crianças.



Fonte: Isabela Veiga (2025).

Conforme Saquet (2019), as atividades de extensão podem ser instrumentos de fortalecimento da “territorialidade ativa”. Isto é, da construção de autonomia das comunidades, ao auxiliar a participação dos atores locais no diagnóstico dos problemas e no planejamento das ações de desenvolvimento territorial, por meio das práticas dialógicas, reflexivas, cooperativas, solidárias, e da tomada da consciência política. Nesse sentido, as atividades de reconhecimento do território e educação ambiental, tal qual a cartografia participativa e demais momentos de diálogo, como a roda de conversa sobre meio ambiente, demonstraram ferramentas pedagógicas interessantes no processo de identificação dos problemas e demandas territoriais. O mapeamento participativo, teve um grande engajamento das pessoas presentes, principalmente, por se apresentar como um recurso de visualização do espaço habitado, gerando empolgação dos participantes em identificarem seus lotes e os demais espaços na comunidade.

Nesse sentido, durante as atividades na comunidade, tem se percebido a presença majoritária de mulheres, que demonstram interesse em participar, bem como as crianças que ficam entorno. Porém, é um número pequeno comparado ao número de moradores no território, o que pode caracterizar uma falta de reconhecimento de tais atividades como importantes ou mesmo a dificuldade de participação devido às ocupações pessoais, profissionais e familiares. Ainda assim, aqueles que participam das atividades demonstram receptividade e interesse em dialogar.

## Conclusão

Durante o texto argumentamos a favor do potencial da pesquisa-ação, em projetos de extensão com territórios periféricos, ao se aproximar das práticas de *advocacy* em planejamento urbano. Portanto, defendemos a pesquisa-ação como uma estratégia de fortalecimento da luta pelo direito à cidade, por meio da promoção de assistência técnica às populações marginalizadas. Trata-se de uma assistência pautada na valorização dos habitantes da comunidade ao qualificá-los como sujeitos de ação e propor uma produção horizontal e coletiva de conhecimento, através do compartilhamento de saberes. As dinâmicas interativas e o desenvolvimento de ações conjuntas fortalecem os vínculos, gerando pertencimento e engajamento nas lutas coletivas. O potencial de transformação por meio de práticas participativas e formativas são ainda mais favoráveis quando aplicadas às comunidades coletivamente engajadas.



Contudo, compreende-se que há um conjunto de limitações dentro das práticas de pesquisa-ação como uma assistência técnica. A luta da comunidade pela moradia e regularização fundiária é bastante difícil, tanto pela condição da área, como pela dependência de vontade política, que por parte do poder público municipal, até então, tem sido em desfavor da população da Beira da Mata, com a realização de dois despejos administrativos em plena pandemia e constantes ameaças de desocupação área, alegando tratar-se de uma área de risco ambiental, além da ocupação da APA Serra das Areias. Deste modo, o papel a que se presta os pesquisadores é de informar sobre a realidade socioambiental da área, auxiliando em soluções que podem ser adotadas por meio de práticas coletivas para mitigação dos possíveis riscos ambientais aos habitantes. Logo, outra limitação é o engajamento da comunidade no planejamento e desenvolvimento dessas ações, o que depende dos pesquisadores convencerem os ocupantes do quão importante é atuar de maneira coletiva sobre os problemas e demandas identificadas. Por isso, o processo de educação ambiental se mostra importante dentro do projeto, visto que não apenas na comunidade, há uma negligência da sociedade de maneira generalizada aos problemas ambientais. Se tratando de um projeto de extensão em andamento, ainda teremos mais resultados que podem gerar outras reflexões.

## Referências

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. **Disputas territoriais e disputas cartográficas**. In: **Cartografias Sociais e Território**. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPPUR, 2008.

APARECIDA DE GOIÂNIA. **Lei Complementar nº 124, de 14 de dezembro de 2016**. Institui o Plano Diretor e estabelece instrumentos para o desenvolvimento territorial no Município de Aparecida de Goiânia e dá outras providências. Aparecida de Goiânia, 15 dez. 2016. Disponível em: <[https://www.aparecida.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Lei\\_124.2016\\_Plano\\_Diretor.pdf](https://www.aparecida.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Lei_124.2016_Plano_Diretor.pdf)>. Acesso: 3 mai. 2024.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório da Missão à Goiânia sobre o Direito à Moradia e ao Território**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/relatorio-da-missao-a-goiania-sobre-o-direito-a-moradia-e-ao-territorio>>. Acesso em: 2 out. 2023.

DAVIDOFF, Paul. Advocacy and Pluralism in Planning. **Journal of the American Institute of Planners**, 31:4, 331-338, 1965.

FRANZONI, Júlia Ávila; RIBEIRO, Daisy Carolina Tavares; PIRES, Raquel Ferreira. Terra, moradia e democracia: a gramática jurídica da Campanha Despejo Zero. **InsURGência**: revista de direitos e movimentos sociais, v. 9, n. 1, jan./jun. 2023, Brasília, p. 473-504. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/45842>. Acesso em: 23 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

HERCULANO, Selene; PACHECO, T. **Introdução**: "Racismo ambiental", o que é isso?. In: Selene Herculano; Tania Pacheco. (Org.). **Racismo Ambiental – I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2006, v., p. 21-28.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**: Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, p. 363, 2016. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499>. Acesso em 14 fev. 2024.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo, Edusp: 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Saber Popular, Práxis Territorial e Contra-Hegemônica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

TONUCCI FILHO, J.B.M. Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana. **Revista Direito E Práxis**, 2020, v.11(1), p. 370-404. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/V98HwyPqTqWsRfB83RfJnNF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2025.

## NOTA

### *Consentimento de uso de imagem*

Todas as imagens foram consentidas com o envio do termo de autorização de uso da imagem.

### *Aprovação de comitê de ética em pesquisa*

Por meio do Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) de nº 6.792.706 da pesquisa intitulada "Despejos na pandemia: estratégias de resistência das ocupações na região metropolitana de goiânia" pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

### *Publisher*

Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-graduação em Projeto e Cidade. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

RECEBIDO EM: 15/07/2025

APROVADO EM: 05/11/2025

PUBLICADO EM: 20/11/2025